



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2017.0000751932

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 1002926-94.2016.8.26.0318, da Comarca de Leme, em que é apelante DER - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM, são apelados EDNA APARECIDA DE ALMEIDA VICENTE (JUSTIÇA GRATUITA), ISABELA CAMILE VICENTE (MENOR(ES) REPRESENTADO(S)), LUIS FELIPE VICENTE (MENOR(ES) REPRESENTADO(S)), PAULO EDUARDO VICENTE (JUSTIÇA GRATUITA) e CAMILA MARIA VICENTE DA SILVA (JUSTIÇA GRATUITA).

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 2ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Deram provimento em parte aos recursos. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores CARLOS VIOLANTE (Presidente) e LUCIANA BRESCIANI.

São Paulo, 2 de outubro de 2017.

Renato Delbianco
Relator
Assinatura Eletrônica

Voto nº 12.994

Apelação Cível nº 1002926-94.2016.8.26.0318

Recorrente: JUÍZO EX OFFICIO

Apelante : DER – DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

Apelados : EDNA APARECIDA DE ALMEIDA VICENTE E OUTROS

Comarca : LEME

Juiz de 1º Grau: Dr. MÁRCIO MENDES PICOLO

APELAÇÃO – Responsabilidade Civil – Acidente em rodovia mal sinalizada que causou a morte da vítima – Comprovado o nexo de causalidade surge, *in re ipsa*, o dever de indenizar – Precedentes desta E. Corte – Indenização reduzida para R\$ 100.000,00 a ser dividida entre os autores, e não para cada um – Juros e correção monetária fixados com base na Lei nº 11.960/09 – Juros contados a partir da data do evento danoso, e correção monetária, a partir de seu arbitramento – Recursos parcialmente providos.

Trata-se de recurso de apelação e reexame necessário interpostos nos autos da ação que visava à condenação do réu à indenizar os autores por danos morais e materiais, e que foi julgada **parcialmente procedente** pela r. sentença de fls. 307/324.

Inconformado, requer o apelante a reforma da r. sentença (fls. 330/346), ou subsidiariamente, a redução da indenização, e a fixação dos juros a partir da data da sentença, com aplicação da Lei nº 11.960/09 quanto aos juros e a correção monetária.

O recurso recebeu resposta (fls. 350/368), tendo a D. Procuradoria de Justiça (fls. 374/386) ofertado parecer no sentido de ser mantida a r. sentença, todavia, com observação.

Não houve oposição ao julgamento virtual.

É o relatório.

Cuida-se de ação de indenização ajuizada em face do Departamento de Estradas de Rodagem em virtude de falecimento de José Adão Vicente, genitor e marido dos autores, em acidente automobilístico ocorrido em rodovia sob administração da ré, por falta de sinalização adequada.

A r. sentença houve por bem julgar parcialmente procedente a demanda.

Inconformado, apelou o Departamento de Estradas e Rodagem.

Inicialmente, convém deixar anotado ser incontroverso o fato de que o trecho e local do acidente, é de competência administrativa do apelante.

O art. 37, § 6.º, da Constituição Federal prevê que as pessoas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes nessa qualidade causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

Hely Lopes Meirelles, por seu turno, ensina que:

"Para obter indenização basta que o lesado acione a Fazenda Pública e demonstre o nexó causal entre o fato lesivo (comissivo ou omissivo) e o dano, bem como seu montante. Comprovados esses dois elementos, surge naturalmente a obrigação de indenizar. Para eximir-se dessa obrigação incumbirá à Fazenda Pública comprovar que a vítima concorreu com culpa ou dolo para o evento danoso. Enquanto não evidenciar a culpabilidade da vítima, subsiste a responsabilidade objetiva da Administração"¹.

Ou seja, há necessidade de que o autor da ação de indenização demonstre, de forma clara, o nexó causal entre o fato lesivo e o dano, sendo certo que o fato lesivo

¹ In MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 24.^a ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, p. 593.

deve derivar de ação ou omissão praticados por agentes estatais.

E, no caso dos autos, o nexo de causalidade restou devidamente comprovado pelo estudo técnico de fls. 80/94, que concluiu ser possível comprovar a existência de irregularidades na sinalização viária, as quais comprometem a segurança dos usuários no trecho em que ocorreu o acidente.

Referido trabalho concluiu, ainda, que o local é carente de sinalização horizontal e vertical, bem como ser favorável a acidentes, principalmente no item de distância de visibilidade e frenagem em cortes.

Destarte, mostra-se evidente a responsabilidade do apelante no evento, vez que acarretou, com sua conduta, a morte do genitor e marido dos autores.

Em assim sendo, comprovado o nexo de causalidade surge, *in re ipsa*, o dever de indenizar, mormente no presente caso, em que inexistente qualquer elemento que demonstre culpa exclusiva da vítima.

Neste sentido esta E. Corte já deixou assentado:

ACIDENTE DE TRÂNSITO. ATROPELAMENTO DE ANIMAL NA PISTA DE RODAGEM. VÍTIMA FATAL. Responsabilidade da autarquia estadual reconhecida com fundamento no art. 37, par. 6º, da Constituição Federal. Falha na prestação do serviço evidenciada mediante laudo do Instituto de Criminalística que localizou pelos de animal na motocicleta acidentada. Falta de prova de que a vítima tenha concorrido, de alguma forma, ao acidente ou da ocorrência de caso fortuito ou força maior. Fato de terceiro que não elide a responsabilidade pela falta de fiscalização e manutenção da via, fatores fundamentais à ocorrência do acidente. Valor condenatório, a título de danos morais, majorado para o total de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a ser dividido entre as autoras, esposa e filha da vítima, diante da gravidade do ocorrido, observados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, além da condição das partes. Juros de mora e correção monetária incidentes sobre a condenação, cuja fixação deve obedecer as diretrizes da

Lei Federal nº 11.960/09. Recurso da ré, parcialmente provido. Recurso das autoras, provido em parte (Apelação nº 1004338-81.2014.8.26.0269, 32ª Câmara de Direito Privado, Relª. Desª. Maria de Lourdes Lopez, j. em 17.08.2017).

RESPONSABILIDADE CIVIL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - Evento danoso consistente na morte do filho da autora em acidente de veículo em rodovia mal conservada. NEXO CAUSAL - Conquanto o laudo pericial não aponte a causa do acidente que ensejou a morte do filho da autora, a rodovia onde ocorreu o evento danoso está em péssimas condições de conservação, sendo cenário de diversos acidentes com resultado morte - Nexo causal entre danos e falta de manutenção da via pública. CULPA - A responsabilidade civil do Estado por omissão é subjetiva, não prescindindo da demonstração da culpa para sua caracterização - Negligência do ente público caracterizada pela má-conservação da via pública - Culpa administrativa evidenciada no caso concreto. DANOS MORAIS - MORTE DE FILHO - DANO IN RE IPSA - Inegável a configuração dos danos morais na hipótese sob análise, pois se cuida do dano in re ipsa, sendo presumível a imensa dor sentida pela mãe em razão da perda do filho jovem. TERMO INICIAL DOS JUROS - O termo inicial dos juros será a ocorrência do evento danoso, nos termos da Súmula 54 do STJ. Sentença de improcedência da ação reformada. Recurso provido (Apelação nº 0005371-28.2010.8.26.0637, 2ª Câmara Extraordinária de Direito Público, Rel. Des. Leonel Costa, j. em 28.05.2015).

No tocante ao valor do ressarcimento pelo dano moral, tem-se que é sempre difícil a sua mensuração, em verdade, envolve a aplicação de alguns conceitos preestabelecidos. E estes conceitos quase sempre levam em conta a situação pessoal, social e econômica da vítima e daquele que pede a indenização, bem como daquele que deve pagá-la, a gravidade da lesão, o caráter punitivo para o agente e a natureza compensatória da condenação, não podendo ser fonte de locupletamento, visando indenizar de forma justa a reparação do prejuízo.

Ensina o Eminentíssimo SILVIO RODRIGUES²:

"Danos morais, na definição de WILSON MELLO DA SILVA, que entre nós é o clássico monografista da matéria, "são lesões sofridas pelo sujeito físico ou pessoa natural de direito em seu patrimônio ideal, entendendo-se por patrimônio ideal, em contraposição a patrimônio material, o conjunto de tudo aquilo que não seja suscetível de valor econômico.

Trata-se assim de dano sem qualquer repercussão patrimonial. Se a injúria, assacada contra a vítima em artigo de jornal, provocou a queda de seu crédito e a diminuição de seu ganho comercial, o prejuízo é patrimonial, e não meramente moral. Este ocorre quando se trata apenas da reparação da dor causada à vítima, sem reflexo em seu patrimônio. Ou, na definição de GABBA, referida por AGOSTINHO ALVIM, é o "dano causado injustamente a outrem, que não atinja ou diminua o seu patrimônio". É a dor, a mágoa, a tristeza infligida injustamente a outrem (vide Vol. I, nº 145)."

O Egrégio Superior Tribunal de Justiça já se pronunciou no sentido de que, *"para evitar especulações desonestas, conta-se com o bom senso dos juízes, que haverão de rejeitar pedidos, deduzidos por quem não tenha legitimidade e arbitrar com recomendável moderação o montante da reparação"* (Lex – JSTJ 291188).

A indenização por dano moral, portanto, deve levar em conta diversos fatores e sempre se apresenta cercada de dificuldades para o julgador. No caso vertente, a fixação de indenização em R\$ 100.000,00 para cada autor se mostra elevada, devendo ser mantido referido valor, todavia, repartido entre os apelados, quantia esta que se mostra compatível não só com os fatores que regem a reparação do dano, quais sejam, a gravidade do dano causado à vítima, os caracteres punitivo-pedagógico e compensatório da medida e a

² In RODRIGUES, Silvio. Direito Civil: responsabilidade civil, Volume IV. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 189/190.

inexistência de enriquecimento sem causa, mas também com o montante arbitrado em outras ações desta natureza por este E. Tribunal de Justiça.

Observe-se ainda que referida indenização deve ser paga diretamente aos autores, e em especial à genitora dos menores, a quem cabe a guarda dos mesmos, sendo desnecessária a realização de depósito em conta judicial, como requerido pela D. Procuradoria de Justiça.

A pensão mensal restou corretamente fixada pelo MM. Juiz *a quo*, não merecendo qualquer reparo.

No tocante aos juros moratórios e a correção monetária devem ser aplicados com fulcro nas disposições do artigo 1º-F da Lei n.º 9.494/97, com redação determinada pelo art. 5.º da Lei n.º 11.960/09, conforme requerido nas razões de apelação, eis que já se encontrava em vigor por ocasião do ajuizamento da demanda, atentando-se para o que vier a ser decidido por ocasião do julgamento do tema de Repercussão Geral n.º 810 (nos termos da medida cautelar concedida nos autos da Rcl n.º 21.147/SE Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA 06.07.2015) e, na fase de execução (período entre a inscrição do crédito em precatório e o seu efetivo pagamento), para o tanto quanto decidido pelo Pleno do Excelso Pretório, em sede de questão de ordem, nos autos das ADI's n.os 4.357 e 4.425.

No que tange aos juros moratórios, deverão incidir, nos termos da Súmula n.º 54 do C. Superior Tribunal de Justiça, a partir do evento danoso. Com relação à correção monetária, deverá incidir a partir do arbitramento, consoante o disposto na Súmula n.º 362 do C. Superior Tribunal de Justiça.

Assim, ante tais ponderações, os recursos colhem parcial provimento para se reduzir a quantia fixada a título de dano moral, bem como para que os juros e a correção



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

monetária sejam fixados com base na Lei nº 11.960/09.

Inalterado o quadro sucumbencial.

Considera-se prequestionada toda matéria infraconstitucional e constitucional aventada, observado que é desnecessária a citação numérica dos dispositivos legais, bastando que a questão posta tenha sido analisada.

Ante o exposto, pelo meu voto, **dou parcial provimento** aos recursos.

RENATO DELBIANCO
Relator